



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 74 / 2016.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Divisão das Comissões

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº 856/2016

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 22/06/16 Horário 08:20

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o incluso Projeto de Lei Complementar que "*Altera dispositivos da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010 e dá outras providências.*"

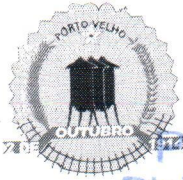
A presente proposta tem por objetivo alterar o inciso IV do art. 118, alínea "c", incisos VII, IV do art. 127 da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010 no que tange da nova redação conforme disposto do PLC anexo.

Destaca-se a urgência da matéria tendo em vista o período eleitoral que nos permite o envio dessa matéria até o dia 02 de julho do ano corrente.

Desta forma Nobres Vereadores, em virtude das razões apresentadas, atento à importância da matéria em tratativa, razão pela qual submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências, em caráter de urgência, com fundamento no art. 66 da Lei Orgânica do Município, pelo que rogo por sua aprovação.

Porto Velho – RO, 21 de Junho de 2016.

MAURO NAZIF RASUL
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26 , DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Proj. de Lei Comp. nº 856 / 2016

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 22/06/2016

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010 e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV do art. 87 da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Porto Velho aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Dá nova redação ao inciso IV do art. 118 e art. 127, incisos IV, VII alínea "c", que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118.

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos. (NR)

Art. 127.

IV – desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou o Distrito Federal. (NR)

VII -

c) para desempenho de mandato classista. (NR)".

Art. 2º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.